



REGISTO DE ENTRADA

N.º _____ PROC. N.º _____

DATA 200__/___/___

O FUNC.º _____

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Pedido de informação prévia alteração de utilização

(Art.º 14.º do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro - RJUE)

Ex.º Sr. Presidente

(1) _____, estado civil _____,
profissão _____, contribuinte fiscal n.º _____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____ emitido em ___/___/___ pelo Arquivo de Identificação de _____, com residência/sede n.º (2) _____, n.º __, __.º andar, na localidade de _____, (código postal) ____-____, freguesia de _____, município de _____, telefone _____, fax _____, e-mail _____, na qualidade de
(3) _____.

Requer a V. Ex.ª, ao abrigo do disposto no art.º 14.º do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, a informação prévia sobre a viabilidade de realizar a seguinte operação urbanística e respectivas condicionantes legais ou regulamentares:

Viabilidade de alteração de utilização de edifício fracção autónoma _____ de _____
_____, que se pretende no prédio sito em _____ Freguesia
de _____ deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____, da
freguesia de _____ e inscrito na matriz predial rústica urbana sob o artigo n.º
_____, que confronta a Norte com _____, a
Sul com _____, a Nascente com
_____ e a Poente com
_____.

O prédio encontra-se abrangido por :

PDM Em área com PU _____ Em área com PP _____
 Pelo alvará de loteamento n.º _____ Em área não abrangida por PMOT

Dado não ser o proprietário do prédio, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 14.º, informo que o mesmo pertence a :

(1) _____, com residência/sede n.º (2) _____,
_____, n.º __, __.º andar, na localidade de _____,
_____, (código postal) ____-____, freguesia de _____, município de _____;
_____;(1) _____, com
residência/sede n.º (2) _____, n.º __, __.º andar, na
localidade de _____, (código postal) ____-____, freguesia de _____,
município de _____; juntando, para o efeito, cópia da Certidão da Conservatória do Registo Predial.

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 14.º do RJUE, solicita-se que a informação prévia contemple especificamente os seguintes aspectos, em função dos elementos apresentados:

- A volumetria e implantação da edificação cêrcea e implantação da edificação e dos muros de vedação;
- Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente;
- Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afectar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização;
- Infra -estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais;
- Estimativa de encargos urbanísticos devidos;
- Áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização colectiva e infra-estruturas viárias.

NotaAplicavel a obras de construção, alteração ou ampliação em área não abrangida por plano de pormenor ou operação de loteamento

Espaço reservado a informações e despachos dos serviços

Pede deferimento,

_____, ____ de _____ de 200 ____

O requerente, _____

Conferi a assinatura pelo B.I. n.º _____ de ____/____/____

Funcionário _____

Gestor do Procedimento:

Contacto: 244

Horário: das 16H00 às 17H30

e-mail: _____@cm-mgrande.pt

Atendimento ao público*: _____

(*Com marcação prévia)

Lista de documentos instrutórios

Para os devidos efeitos, anexa os seguintes documentos (assinalados com X), nos termos do previsto no art.º 5.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março:

- Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito;
- Certidão da descrição de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao(s) prédio(s) abrangido(s);
- Fotografias a cores de diferentes ângulos de observação do local em que se insere a pretensão;
- Cópia dos documentos instrutórios em suporte digital, contendo a georeferenciação da implantação;
- Termo de responsabilidade dos autores dos projectos, acompanhados de documento comprovativo da sua inscrição em associação pública de natureza profissional, nos termos do art.º 10.º do RJUE;
- Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objecto do pedido;
- Planta à escala de 1:2000 ou superior e, quando exista plano municipal de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício objecto do pedido;
- Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território (quando exista e estiver em vigor);
- Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
- Planta do edifício ou da fracção com identificação do respectivo prédio.